

A HERANÇA DE BUSH

Vasco Rato

Num elucidativo trabalho versando os anos de George Bush na Casa Branca, o jornalista Robert Draper afirma que o do 43.º Presidente dos Estados Unidos será recordado como um «consequential» chefe de Estado¹. Ao empregar este termo – que denota importância, relevância –, Draper pretende enfatizar o papel transformativo de Bush, particularmente no âmbito da política externa². Recusa fazer um juízo de valor; limita-se, simplesmente, a constatar que o consulado de Bush irá, para o melhor e para o pior, marcar a política internacional durante os próximos anos.

Interrogado directamente por Draper sobre o seu legado, o Presidente afirmou não estar preocupado com as apreciações agora feitas dos seus mandatos. Afirmou que só muito depois da sua morte haverá conclusões definitivas a retirar sobre o que fez; só então as consequências das suas decisões e omissões serão perceptíveis³. Bush poderia ter acrescentado que o processo de revisão histórica nunca se encerra definitivamente, que a leitura do passado oscila e adquire novos significados consoante as preocupações do presente. Se, portanto, não é ainda possível fazer um juízo categórico sobre George Bush, também não deixa de ser verdade que já se pode começar a fazer uma apreciação mais distanciada dos seus anos na Casa Branca.

Sempre foi difícil analisar de forma serena as ideias e os actos deste chefe de Estado. A dramaticidade dos acontecimentos de 11 de Setembro e a reacção dos Estados Unidos polarizaram opiniões, ou, melhor dizendo, reforçaram estereótipos sobre o Presidente. Houve, aliás, sempre uma tendência para confundir a personagem com as decisões políticas, como se a própria figura de Bush – as suas características pessoais e forma de comunicar – fosse suficiente para desacreditar a totalidade daquilo que dizia e fazia. Até a sua política em relação a África, um caso de sucesso óbvio, é largamente ignorada porque, aparentemente, nada do que o Presidente faz pode merecer aprovação⁴.

Talvez mais do que ninguém, Bush reconhece esta realidade das coisas quando invoca outros presidentes que responderam a profundas mutações na política internacional mas que também terminaram os seus dias na Casa Branca com elevados índices de

impopularidade. Por exemplo, Ronald Reagan, na altura descrito pelos seus críticos como intelectualmente limitado, incompetente e um *warmonger*, só agora começa a ser encarado de forma desapaixonada pelos seus antigos detractores⁵. Theodore Roosevelt e Harry Truman, duramente criticados quando exerciam o poder, são hoje consensualmente reconhecidos como grandes estadistas.

Não se pretende com isto dizer que Bush partilhará do mesmo destino de Roosevelt, Truman e Reagan. Há, evidentemente, críticas severas que podem ser feitas à actuação doméstica de George Bush – por exemplo, a forma vacilante como enfrentou os estragos provocados pelo furacão *Katrina*, o elevadíssimo défice que acumulou, a incapacidade de resposta face à crise do *subprime* e a inépcia demonstrada aquando do escândalo da Enron. Todavia, as experiências de Roosevelt, Truman e Reagan desaconselham avaliações prematuras, feitas sem o distanciamento indispensável para avaliar mudanças estruturais no sistema internacional. E nunca é demais salientar que George Bush se viu forçado a agir na ausência de um mapa político predefinido, que, num quadro estratégico novo, foi obrigado a inovar na doutrina e na acção.

Este artigo visa, na medida do possível, fazer uma avaliação distanciada de George Bush, da sua doutrina e das consequências práticas resultantes da sua aplicação. Representa, pois, um primeiro esforço no sentido de examinar o significado histórico da Administração Bush. Pretende evitar a poeira da conjuntura e as adjectivações fáceis que servem para ofuscar em vez de clarificar a política externa da actual Administração. Partilha da premissa de Robert Draper: Bush é um Presidente significativo, e as suas ideias e acções serão, durante muito tempo, objecto de discussão e polémica. Mais: tal como Bush deu larga continuidade a muitas das linhas mestras da política externa do seu antecessor, o sucessor de Bush adoptará muitas das suas orientações⁶. Até porque a resposta dada por Bush às novas realidades geoestratégicas obedecem à lógica política de uma potência confrontada com a reestruturação do sistema internacional.

NOVOS TEMPOS, NOVA DOCTRINA

Durante as décadas da Guerra Fria, a doutrina de contenção delimitava as escolhas políticas de Washington num quadro bipolar caracterizado pela previsibilidade resultante de uma grande estratégia desenhada para equilibrar a União Soviética⁷. Cabia aos EUA e aos seus aliados impedirem a expansão da União Soviética até que, convencidos da inviabilidade do seu projecto imperial, os dirigentes comunistas alterassem a natureza universalista (e, por conseguinte, expansionista) do projecto soviético⁸. Ao mesmo tempo que a contenção e o equilíbrio de poderes ancoravam a política externa americana, a estabilidade internacional assentava na estrutura de normas e instituições criadas na sequência imediata da II Guerra Mundial pelos países vencedores.

É útil, a este propósito, recordar que, num sistema internacional estável, as normas e instituições que moldam o comportamento dos estados assentam na correlação de forças, ou seja, espelham o equilíbrio de poderes⁹. No século passado, em 1918 e em

1945, novas ordens internacionais foram erguidas pelas potências vencedoras de guerras hegemónicas¹⁰. Todavia, o mesmo não se verificou após o desmoronamento da União Soviética e o fim da Guerra Fria, pelo que o momento unipolar não seria acompanhado pela substituição ou redefinição das regras e instituições vigentes. Por isso mesmo, no pós-Guerra Fria, a arquitectura de segurança não coincidia com o equilíbrio de poderes estabelecido depois da implosão da União Soviética. Nestas condições, Bill Clinton e, depois, George Bush, adoptaram políticas em conformidade com as capacidades reais do poderio americano. Dito de outra forma, o unilateralismo iniciado por Clinton, e mais claramente expresso por Bush depois do 11 de Setembro, reflectia as capacidades de uma potência crescentemente insatisfeita com as amarras impostas à sua actuação pelas normas criadas em 1945-1949 para ordenar um mundo qualitativamente diferente¹¹.

Expressa através da Estratégia de Segurança Nacional (ESN), de Setembro de 2002, a doutrina Bush surgia como uma primeira tentativa para articular uma resposta coerente face às novas realidades geradas pelos ataques da Al-Qaida¹². Assente numa leitura dos perigos que alastravam depois do 11 de Setembro, apontava para um conjunto de prioridades estratégicas impossíveis de concretizar no âmbito das instituições de segurança internacional existentes. Por conseguinte, a grande estratégia dos Estados Unidos teria, forçosamente, de inovar relativamente às normas e instituições criadas em finais da década de 1940. Deixara, simplesmente, de ser possível salvaguardar a segurança nacional num quadro internacional desenhado para um mundo enterrado nos escombros das Torres Gémeas.

As traves mestras da grande estratégia da Casa Branca indicavam a intenção de preservar o domínio absoluto dos Estados Unidos, ou seja, a determinação de prolongar no tempo o momento unipolar¹³.

Era este o objectivo último da ESN. Com efeito, tratava-se de um objectivo enraizado na lógica da unipolaridade, nas possibilidades abertas pela preeminência americana no sistema internacional. Durante os anos de Bill Clinton, a ideia de assegurar uma «full-spectrum dominance» no sistema internacional – e, por conseguinte, de fazer, nas palavras de Madeleine Albright, da América uma «nação indispensável» – norteava a política externa americana. Seria esta mesma busca de liderança internacional que teria continuidade na presidência de George Bush¹⁴.

Nada indicava que, como presidente, Bush iria seguir uma estratégia internacionalista centrada numa agenda de democratização semelhante à de Bill Clinton. Durante a campanha eleitoral, o candidato republicano sinalizava que pretendia uma política externa mais contida, menos intervencionista do que a abordagem clintoniana. Apelou a uma postura externa «mais humilde», levantou dúvidas quanto à permanência de

AS TRAVES MESTRAS DA GRANDE ESTRATÉGIA
DA CASA BRANCA INDICAVAM A INTENÇÃO
DE PRESERVAR O DOMÍNIO ABSOLUTO
DOS ESTADOS UNIDOS, OU SEJA,
A DETERMINAÇÃO DE PROLONGAR
NO TEMPO O MOMENTO UNIPOLAR.

soldados americanos nos Balcãs e criticou a prioridade atribuída pela Administração democrata ao intervencionismo humanitário e às tarefas de *nation building*. Em contraste com Clinton e Albright, Bush anunciava uma política externa fundamentada em princípios e premissas realistas, pautada pela prudência da actuação e a humildade da ambição¹⁵.

TUDO MUDOU COM O 11 DE SETEMBRO.
BUSH RAPIDAMENTE DEFINIU UMA POLÍTICA
EXTERNA TRANSFORMATIVA QUE, EM TRAÇOS
GERAIS, SE ASSEMELHAVA ÀS ORIENTAÇÕES
GIZADAS POR CLINTON E ALBRIGHT.

Tudo mudou com o 11 de Setembro¹⁶. Bush rapidamente definiu uma política externa transformativa que, em traços gerais, se assemelhava às orientações gizadas por

Clinton e Albright¹⁷. Bush efectivamente recupera a perspectiva do seu antecessor relativamente à democratização, ao uso da força, ao problema da proliferação de armas de destruição maciça, aos estados párias e à reconstrução nacional (*nation building*). A semelhança com o clintonismo torna-se mais evidente durante a discussão em volta da intervenção militar no Iraque porque era no Iraque que estes problemas se conjugavam. E foi precisamente o Iraque que aproximou a visão de Bush em política externa à visão de Clinton. Recorde-se que muitos dos mais influentes membros da Administração Bush partilhavam dos objectivos traçados pela Administração Clinton, incluindo da decisão de proceder com a mudança de regime formalizada através do *Iraq Liberation Act* de Outubro de 1998¹⁸. Apenas o acusavam de revelar falta de determinação, de evidenciar fraqueza perante os adversários e, no fundo, de não utilizar o esmagador poderio do país para dar substância à sua retórica transformativa¹⁹. Não eram os objectivos estratégicos que distinguiam o bushismo do clintonismo; eram os meios a utilizar para os prosseguir e, mais especificamente, a virtude atribuída pelos bushistas à acção unilateral.

Numa tentativa de responder às vulnerabilidades evidenciadas aquando dos ataques de 11 de Setembro, a ESN partia do princípio de que o território nacional (a *homeland*) poderia ser novamente atingido por actores não estatais, tais como a Al-Qaida, que não eram dissuadidos pela lógica tradicional da contenção, e que causariam danos irreparáveis caso conseguissem obter armas de destruição maciça. A aquisição destas armas não era impensável uma vez que estados párias estavam dispostos a traficá-las. Nesse sentido, a proliferação de ADM (nucleares e não nucleares) constituía um perigo existencial na medida em que organizações terroristas em posse de ADM passariam a ameaçar a segurança da *homeland*. É justamente esta leitura de um novo quadro de ameaças – estabelecendo umnexo entre terrorismo, ADM e estados párias – que explica algumas das afirmações mais controversas contidas na ESN.

A preservação de proeminência americana prevista pela ESN possibilitava a adopção de uma política externa transformativa no Médio Oriente e outras regiões onde o terrorismo desenvolvia raízes²⁰. A democratização de regimes autocráticos visava o estabelecimento de um mundo mais seguro, ou seja, a democratização era uma estratégia para, em

última análise, alargar a segurança regional e, por extensão, a segurança dos Estados Unidos. É justamente neste sentido que a política externa de Bush era transformativa; pretendia nada menos do que a reestruturação da ordem internacional. Poder-se-á dizer que se tratava de uma estratégia idealista, invariavelmente condenada ao fracasso devido à sua hubris. Mas também se pode dizer que era uma visão que rompia com o *status quo* que produzira consequências nefastas no Médio Oriente.

Ao privilegiar a estabilidade, Washington, até ao 11 de Setembro, optara por apoiar regimes autocráticos que estimularam o caldo político e cultural que fomentou o terrorismo islâmico²¹. Romper com o *status quo* não pressupunha a necessidade de recorrer sistematicamente ao uso da força para efectuar mudanças de regime. A estratégia de democratização concebida pela Administração Bush previa a mudança incremental; nunca foi sugerido que o *regime change*, imposto através do uso da força, como se verificou no Iraque, passasse a ser o padrão para a região²². Pelo contrário, o uso da força no Iraque constituía uma excepção ditada pela natureza do regime: um Estado pária com um historial de agressão, de gravíssimas violações dos direitos humanos e, não menos importante, um historial de aquisição de armas de destruição maciça. De acordo com estes critérios, apenas a Coreia do Norte e o Irão preenchiam os requisitos que eventualmente justificariam o recurso ao uso da força²³.

É neste contexto que devem ser entendidas as afirmações contidas na ESN a propósito do uso da força. A posição mais polémica talvez fosse a referência ao recurso ao uso da força preemptiva, ou seja, à defesa antecipatória. Aparentemente, o que preocupava os críticos da ESN era o uso sinónimo dos termos «força preemptiva» e «força preventiva»²⁴. Se o uso da força preemptiva é legítimo porque implica uma resposta a um perigo iminente, já o uso da força preventiva é mais difícil de justificar uma vez que visa evitar que uma ameaça longínqua se transforme numa ameaça iminente. E enquanto um perigo iminente pode ser estabelecido através de uma avaliação de reais capacidades e intenções, a prevenção obriga a uma avaliação de capacidades e intenções futuras. À luz das normas internacionais vigentes, o uso da força preventiva é ilegítimo porque assenta numa avaliação subjectiva de intenções e capacidade que, obviamente, podem não vir a ser concretizadas.

A ESN tentava ultrapassar esse problema estipulando os critérios que pautariam o uso da força para fins de defesa antecipatória²⁵. Desde logo, os estados sujeitos a este tipo de acção teriam de evidenciar um historial de agressão em relação aos seus vizinhos. Partindo de premissas kantianas sobre a paz democrática, pressupunha-se que os regimes autocráticos eram mais propensos à violência ofensiva. Também se partia da premissa que os regimes não democráticos responsáveis por agressões no passado podem ter uma maior propensão para agressões futuras. Porém, nada disto era suficiente para justificar o uso da força. A ESN declarava que regimes não democráticos poderiam ser sujeitos a uma intervenção preemptiva se, para além de um historial de agressão, infringissem as regras internacionais sobre a convivência entre estados (ou seja, se fossem

estados párias). A categoria de Estado pária englobava regimes envolvidos em actos de genocídio, em violações graves dos direitos humanos ou na proliferação de armas de destruição maciça. A doutrina Bush afirmava que estados que manifestavam tais comportamentos violavam as responsabilidades inerentes à soberania e, por conseguinte, deixavam de beneficiar da protecção que a soberania concede, isto é, poderiam ser sujeitos a uma intervenção por parte da comunidade internacional, ou por um país agindo em seu nome.

Esta noção de soberania limitada não era uma originalidade da Administração Bush; também informava a Agenda de Paz e a Agenda de Democratização elaboradas pelo secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali²⁶. Argumentação semelhante havia sido utilizada para justificar a intervenção humanitária no Kosovo²⁷. Com efeito, a polémica em volta da ESN resultava do receio de que os EUA poderiam agir na ausência da aprovação prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou outras entidades internacionais. Mais do que os princípios, era o unilateralismo reclamado pela Administração Bush que gerava verdadeira apreensão.

Perante este tipo de objecção, a Administração Bush mantinha que, confrontado com um perigo existencial, nenhum Estado poderia ser obrigado a adiar o uso da força até que obtivesse a aprovação de entidades internacionais. O direito de autodefesa, incluindo o direito à defesa antecipatória, prevalecia sobre a autorização internacional para recorrer à força. Por outro lado, a Administração insinuava que o Conselho de Segurança deixara de ser operacional porque a China e a Rússia o tinham transformado num instrumento das suas estratégias para contrabalançar os Estados Unidos. Nestas condições, dificilmente poderia haver autorização para o uso da força. Expressa aquando das intervenções no Kosovo e no Iraque (e na incapacidade de pôr fim ao genocídio no Darfur), a inoperacionalidade do Conselho de Segurança da ONU obrigava a uma reestruturação profunda deste órgão.

Não é novidade que o Conselho de Segurança tem sido paralisado por numerosos impasses. Desde logo, a existência do Conselho serve para amarrar as grandes potências e, assim, para tornar a acção militar unilateral mais difícil. Se as vantagens deste constrangimento são evidentes, não deixa de ser igualmente patente que o Conselho de Segurança está refém dos interesses nacionais da China, da Rússia e dos seus aliados. Perante esta realidade, não surpreende que, na óptica de Washington, a criação de uma Liga das Democracias (com esta ou outra designação) venha a ser necessária para garantir uma maior coerência entre as normas que orientam a actuação de regimes democráticos e a legitimidade institucional²⁸.

Com efeito, a Administração americana sugeria que as normas internacionais relativas à proliferação, aos direitos humanos e ao direito de intervenção tinham deixado de coincidir com os mecanismos institucionais existentes. Dai a conclusão lógica de que era preciso criar novas instituições. Até porque, na óptica da Administração, a ordem criada após a II Guerra Mundial era inadequada para manter a estabilidade e a segurança

internacionais. Se a intervenção no Kosovo havia demonstrado até que ponto a arquitetura internacional deixara de responder às exigências do mundo pós-Guerra Fria, o 11 de Setembro – e os impasses verificados no Conselho de Segurança das Nações Unidas nos meses que antecederam a guerra no Iraque – consolidava a convicção de que era urgente definir uma nova configuração normativa e institucional.

Mas foi justamente neste ponto que a Casa Branca revelou hesitações que acabariam por provocar estragos políticos elevados aquando da discussão em volta da intervenção no Iraque. Dito de outra forma, em vez

de apresentar uma nova arquitetura internacional assente em instituições multilaterais, Washington anunciou que actuaria através de coligações *ad hoc*²⁹. Não que a ESN abandonasse o multilateralismo: o texto afirma que acções unilaterais seriam sempre um último recurso³⁰. Mas seria um novo multilateralismo na medida em que a nova arquitetura estaria enraizada em novas normas e em novas instituições. E para isso era, desde logo, necessário alterar, redefinir as regras que determinariam as relações entre estados, particularmente as normas referentes à soberania, ao uso da força e à autodefesa. As novas regras exigiam novas instituições que garantissem a sua legitimidade e a sua operacionalidade. Considerado a partir deste prisma, o uso da força no Iraque seria, ao mesmo tempo, um primeiro passo para redefinir um conjunto vasto de regras. O verdadeiro problema é que a Administração optou por não se empenhar numa redefinição da arquitetura multilateral. E, para agravar o problema, Bush, ao mesmo tempo que sustentava que ONU necessitava de se reformada, reconhecia legitimidade ao Conselho de Segurança ao solicitar a sua autorização para usar a força contra Saddam Hussein.

Há, no entanto, outro aspecto abordado pela ESN que merece ser referido. Subjacente à defesa do momento unipolar estava a convicção de que o domínio americano teria de dissuadir as potências tentadas a rivalizarem com os Estados Unidos. A insistência na preservação da unipolaridade derivava da premissa de que a emergência de grandes potências aumenta o risco de despoletar «guerras hegemónicas» com vista à alteração da ordem vigente³¹. A ESN antecipava o surgimento de novas grandes potências, referindo explicitamente os casos da China, da Rússia e da Índia. Alargar o horizonte temporal da unipolaridade teria o efeito de gerir – de acomodar pacificamente – a emergência dessas potências. Assim se poderia evitar uma guerra sistémica resultante dos desequilíbrios provocados pelo surgimento de novas potências. Para isso, uma vez mais, cabia aos Estados Unidos utilizarem a sua supremacia para desenhar uma nova arquitetura de segurança internacional.

Houve, é certo, optimismo excessivo, e, eventualmente, alguma imprudência na forma como Washington procedeu depois do 11 de Setembro. Mas não deixa de ser importante

SE A INTERVENÇÃO NO KOSOVO HAVIA DEMONSTRADO ATÉ QUE PONTO A ARQUITECTURA INTERNACIONAL DEIXARA DE RESPONDER ÀS EXIGÊNCIAS DO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA, O 11 DE SETEMBRO CONSOLIDAVA A CONVICÇÃO DE QUE ERA URGENTE DEFINIR UMA NOVA CONFIGURAÇÃO NORMATIVA E INSTITUCIONAL.

sublinhar a consistência teórica que informava a leitura internacional feita pela ESN. Se se aceita a validade da grande estratégia prevista pela ESN, é igualmente necessário reconhecer que a sua aplicação evidenciou alguns erros que obrigam a reequacionar a relação entre a doutrina e a forma como foi traduzida no terreno. Talvez, por isso, seja mais ajustado olhar para a doutrina Bush como um primeiro esboço de uma grande estratégia para a nova era da política internacional que, paulatinamente, se vai desvendando. Se assim é, não espanta que erros e omissões tenham surgido na sua aplicação.

IRAQUE: UM DESASTRE ESTRATÉGICO?

Douglas Brinkley, um dos mais conceituados historiadores da instituição presidencial americana, recentemente concluiu que «Bush's legacy hinges on Iraq, which is an unmitigated disaster»³². A afirmação de Brinkley ilustra a convicção de muitos de que a presidência de Bush será avaliada como um fracasso porque a intervenção no Iraque se revelou desastrosa³³. Há, no entanto, um problema com este tipo de asserção: o desfecho da intervenção está em aberto e, portanto, não é possível qualificar o Iraque como um desastre geoestratégico. É certo que pode vir a revelar-se como um erro colossal, mas, no momento actual, essa conclusão parece precipitada. Dado que as consequências da mudança de regime e da ocupação se vão sentir durante décadas, concluir que a intervenção, com todas as suas dificuldades, foi um erro estratégico é, no mínimo, prematuro na medida em que antecipa o desfecho de um processo político que está longe de chegar ao seu fim.

A operação que derrubou o regime baatista de Saddam Hussein proporcionou uma demonstração inequívoca do esmagador poderio militar dos EUA³⁴. Sem dificuldades maiores, as Forças Armadas americanas demonstram a sua capacidade de projectar poder, assim comprovando que Washington detinha (e detém) uma capacidade militar ímpar. Numa óptica exclusivamente militar, os Estados Unidos encontravam-se numa categoria à parte, à frente das restantes potências³⁵. Argumentar-se-á, e não deixa de

ser verdade, que a demonstração de poder no Iraque acabaria por revelar as fraquezas inerentes ao seu emprego³⁶. Pequenas potências, encorajadas pelo sucesso da guerra assimétrica conduzida contra as tropas americanas nos teatros afegão e iraquiano, estão hoje mais dispostas a confrontarem os Estados Unidos. Eis o paradoxo da guerra iraquiana: as grandes potências conformam-se com a lógica da

EIS O PARADOXO DA GUERRA IRAQUIANA: AS GRANDES POTÊNCIAS CONFORMAM-SE COM A LÓGICA DA DISSUAÇÃO, MAS PEQUENAS E MÉDIAS POTÊNCIAS (IRÃO E COREIA DO NORTE, POR EXEMPLO) DESCOBRIRAM QUE AS LIMITAÇÕES IMPOSTAS AO USO DA FORÇA ABRIAM UMA JANELA DE OPORTUNIDADE PARA FAZER FRENTE À POTÊNCIA HEGEMÓNICA.

dissuasão, mas pequenas e médias potências (Irão e Coreia do Norte, por exemplo) descobriram que as limitações impostas ao uso da força abriam uma janela de oportunidade para fazer frente à potência hegemónica³⁷.

Se as operações militares que levaram ao derrube de Saddam Hussein se pautaram pelo sucesso, é igualmente verdade que a fase subsequente da guerra – a ocupação e a transição para a soberania iraquiana – evidenciou sérios obstáculos e retrocessos. Praticamente desde o primeiro momento, verificou-se que existiam gravíssimas falhas no planeamento da ocupação: o modelo político a adoptar, o papel a desempenhar pelas elites iraquianas, a duração da ocupação e a hierarquização dos objectivos da reconstrução. Em retrospectiva, o contraste entre o sucesso da operação militar e o desnorte da ocupação revelou-se abismal³⁸. Foi justamente esta inépcia relativamente à ocupação – cuja origem se encontra na decisão de Donald Rumsfeld de deixar um *light footprint* no Iraque – que gerou grande parte dos problemas subsequentes³⁹.

Dois dados explicam as dificuldades iniciais da ocupação: primeiro, a incapacidade de manter a ordem pública nos dias que seguiram ao colapso de Bagdade e, depois, a decisão de desmantelar as Forças Armadas e a Administração Pública⁴⁰. Este desmantelamento dos dois pilares do Estado iraquiano – um imponderado plano de desbaatização inspirado pelas experiências japonesa e alemã – contribuiu para a mobilização da resistência às forças de ocupação e, como corolário, concedeu legitimidade aos grupos que se organizavam para expulsar as tropas da coligação. Mesmo assim, talvez tivesse sido possível evitar o pior se as autoridades de ocupação tivessem constituído um governo (ou outra entidade) suficientemente legítimo para evitar a espiral de violência⁴¹. Claro que muito dificilmente se poderia preservar a segurança recorrendo ao contingente militar reduzido destacado para o efeito. Seria esta conjugação de erros que mergulharia o Iraque na violência sectária.

O aumento – *surge* – de efectivos americanos, que marcou o abandono da estratégia de ocupação delineada por Rumsfeld, inverteu a situação no terreno. As tribos sunitas ergueram-se contra a Al-Qaida no Iraque e outras organizações que visavam provocar uma guerra civil entre xiitas e sunitas. A revolta das tribos contra os extremistas exigia uma aproximação aos americanos, capazes de protegerem a minoria sunita e, assim, criarem condições para a sua integração no processo político. Quanto aos confrontos violentos que alastravam pela comunidade xiita, dividida entre o pragmatismo de Ali al-Sistani e o nacionalismo exacerbado de Muqtada al-Sadr e do seu Exército Madhi, que exigia a retirada imediata das forças estrangeiras, o reforço do contingente americano permitia que fossem ocupadas as zonas até então dominadas pelas milícias⁴². Por outras palavras, a capacidade de controlar localidades através de uma presença permanente retirou à resistência grande parte da sua implantação no terreno.

Possibilitando a redução da violência no Iraque, a *surge* abre caminho no sentido de uma solução política que possa proporcionar a estabilidade. Na medida em que constitui uma inversão da estratégia do *light footprint* definida por Donald Rumsfeld, a *surge* visava remediar a lacuna que permitiu a degradação da segurança depois da captura de Bagdade. Neste sentido, afigura-se como o reconhecimento de um dos pecados originais da ocupação: a carência de soldados no terreno.

Evidentemente, é demasiado cedo para se saber se a nova estratégia criará as condições necessárias para encontrar uma solução política sustentável que possa assegurar a estabilidade no país. De qualquer forma, parece estar excluído o cenário da guerra civil sangrenta e, em consequência, a divisão tripartida do Iraque. É certo que o agravamento de tensões na região, que aumentariam dramaticamente se se verificasse um ataque militar contra o Irão, pode fazer ressuscitar a violência sectária. Esse desfecho não pode, neste momento, ser excluído. Contudo, há razões para esperar que o rumo político seja marcado pela acomodação entre os sectores iraquianos.

Independentemente do resultado final do processo iraquiano, e apesar das declarações dos candidatos presidenciais americanos, muito dificilmente se assistirá a uma retirada plena das forças americanas do país. Os acordos sobre a presença de tropas em discussão apontam para uma conclusão incontornável: os EUA manterão uma força no Iraque suficientemente robusta para assegurar a estabilidade no país. A partir das suas bases militares no golfo Pérsico, e das alianças políticas consolidadas com a Jordânia e a Arábia Saudita, Washington continuará a ser um actor regional indispensável. Se se acrescentar o aumento da insegurança regional provocada pela estratégia nuclear de Teerão, antecipa-se uma aproximação de vários países da região aos Estados Unidos a fim de garantirem a sua segurança face a um Irão que demonstra inequívocas ambições hegemónicas.

A intervenção no Iraque não concretizou alguns dos mais importantes objectivos traçados por George Bush e a inexistência de armas de destruição maciça contribuiu para deslegitimar um dos objectivos da guerra. Mas ainda mais importante, o alastrar da revolução democrática regional a partir do Iraque esvaziou-se, apesar do sentimento pró-democrático na região e de algumas experiências (como o Qatar) que apontam para as possibilidades de democratização⁴³. Em consequência, a democratização como meio para desfazer as disfuncionalidades da região afigura-se hoje mais morosa e complexa do que quando a intervenção ocorreu. Não obstante, é igualmente evidente que uma política americana «realista» que tenha como objectivo congelar o *status quo* no Médio Oriente dificilmente obterá sucesso a médio prazo. Note-se que o fracasso da demo-

cratização se mede em função das ambições de George Bush, ou seja, uma política alternativa vocacionada para a conservação do *status quo*, que não ousasse democratizar, não seria julgada como um fracasso. Mas também em nada contribuiria para resolver o problema subjacente da região. Limitar-se-ia a dar continuidade a uma realidade política que se esgotou.

SE ACEITARMOS A PREMIS-
SA DE QUE OS CONFLITOS FUTUROS
SE VÃO CONCENTRAR EM VOLTA DE RECURSOS
COMO O PETRÓLEO, O GÁS E A ÁGUA,
É FÁCIL RECONHECER QUE UMA PRESENÇA
NO IRAQUE ACARRETA VANTAGENS ESTRATÉGICAS
SIGNIFICATIVAS NOS PRÓXIMOS ANOS.

Perante estes dados, seria prematuro concluir que a actuação estratégica de Bush no Iraque foi desastrosa. Se aceitarmos a premissa de que os conflitos futuros se vão concentrar em volta de recursos como o petróleo, o gás e a água, é fácil reconhecer que

uma presença no Iraque acarreta vantagens estratégicas significativas nos próximos anos. Claro que uma gestão mal sucedida dessa presença, ou o *spillback* de violência resultante de uma conflagração no Irão, pode eliminar estes ganhos. Mas o dado essencial a reter neste momento é que Douglas Brinkley tem razão ao afirmar que o legado de Bush está dependente do Iraque. Não obstante, ninguém dispõe de dados suficientes para concluir que a situação configura um *unmitigated disaster*.

A GUERRA GLOBAL CONTRA O TERRORISMO

George Bush proclama-se como um *war president* e, desde o 11 de Setembro, os Estados Unidos definem-se como um país em guerra contra o terrorismo global. Em contraste com esta visão americana, a percepção de que o 11 de Setembro originou um «estado de guerra» nunca se enraizou na Europa Ocidental. A diferença de percepção que separa os dois lados do Atlântico é crucial porque conduziu a abordagens distintas relativamente à forma mais eficaz de combater o terrorismo islamita⁴⁴. Para os americanos, a guerra contra o terrorismo acarreta um componente militar considerável, e a sua presença militar (convencional e de operações especiais) do país alastrou para os quatro cantos do planeta. Para os europeus, tratava-se de uma «luta» feita essencialmente através de meios policiais, de *intelligence* e do desenvolvimento socioeconómico. Uma avaliação da guerra contra o terrorismo conduzida pela Administração Bush passa, portanto, pelo reconhecimento de que o entendimento quanto à guerra não é idêntico nos dois lados do Atlântico, pelo que os juízos de americanos e europeus quanto às suas consequências nem sempre coincidem.

Na sequência dos ataques de 2001, era inevitável que Washington punisse o Afeganistão, cujos líderes haviam concedido santuário à Al-Qaida⁴⁵. Passados sete anos, os esforços no âmbito do combate ao terrorismo permitem retirar algumas conclusões. Primeira, a capacidade operacional, incluindo a vertente do financiamento, da Al-Qaida (e das organizações jihadistas filiadas) sofreu profunda degradação, incluindo a sua virtual eliminação no Iraque. Em países asiáticos como as Filipinas e a Indonésia, grupos aliados com a organização de Osama bin Laden foram desactivados, e muitos dos seus dirigentes encarcerados. Segunda, e talvez a mais importante, o apelo ideológico do islamismo é hoje menor do que era no início da década, e até na Arábia Saudita, onde o wahabismo facilita o recrutamento de jihadistas, as autoridades do reino acentuaram a repressão contra os islamitas ao mesmo tempo que incentivaram os clérigos moderados a distanciarem-se dos jihadistas. Terceira, nenhum ataque terrorista ocorreu em solo americano depois de 11 de Setembro. Dir-se-á, portanto, que apesar da permanência de Osama bin Laden em liberdade, a Al-Qaida sofreu um revés monumental que limita a sua capacidade para conduzir a sua ofensiva contra alvos ocidentais. Esta incapacidade militar traduz, por sua vez, uma derrota política significativa na medida em que a estratégia da Al-Qaida assentava no uso da violência para «vergar» os Estados Unidos e os seus aliados.

Mas há também fracassos inegáveis: o Irão continua a patrocinar grupos como o Hamas e o Hezbollah, outros movimentos islamitas continuam a ser politicamente relevantes em alguns países do Médio Oriente e a situação no Afeganistão indicia preocupantes sinais de impasse. Por outro lado, as tarefas de reconstrução nacional (*nation building*) e a contenção de estados párias, dois objectivos que, segundo a Administração Bush, teriam de ser prosseguidos em paralelo com a luta contra o terrorismo, saldaram-se por ganhos modestos ou por claros insucessos.

Entre os insucessos na guerra contra o terrorismo, o caso do Irão é o mais preocupante. A ineficácia da política americana relativamente ao Irão não pode ser atribuída exclusivamente a George Bush. Desde 1979, todas as administrações optaram por isolar e conter o regime iraniano na expectativa do seu iminente colapso. Esta escolha, por sua vez, gerou insegurança e radicalizou o regime, tornando-o um foco de instabilidade regional. Através de apoios a grupos terroristas e da «arma energética», Teerão maximizou o seu poder e, mais recentemente, o seu programa de nuclearização militar evidenciou a determinação do regime de tornar o país a potência hegemónica da região. Quase três décadas depois da revolução que derrubou o xá Reza Pahlavi, George Bush chegou à conclusão de que a política americana – incluindo as opções por ele seguidas – se esgotou. Anunciou, portanto, a intenção de iniciar um processo diplomático que concede algum reconhecimento ao regime e, por extensão, representa uma forma limitada de *engagement*⁴⁶. Uma vez que se trata de uma viragem recente, é impossível saber se a nova estratégia será bem-sucedida. Sabe-se, porém, que a antiga estratégia de isolamento e contenção fracassou.

A reconstrução nacional no Afeganistão mostra sinais óbvios de insucesso, assistindo-se ao regresso de uma economia débil assente no narcotráfico dominado por «senhores da guerra» que impossibilitam a imposição da autoridade do Estado central em grande parte do país. Esta aparente incapacidade de fazer *nation building* abriu caminho aos taleban, militarmente activos a partir dos seus santuários nas zonas tribais pashtun do vizinho Paquistão⁴⁷. Em consequência, a NATO, que passou a definir a sua missão no Afeganistão como prioritária, corre sérios riscos de fragmentação interna em resultado das divisões políticas que os combates geraram entre os aliados.

Uma das razões pelas quais a situação no Afeganistão levanta preocupações graves reside na incapacidade de travar algumas das tendências centrífugas que assolam o Paquistão. A crescente desordem a que se assiste na fronteira noroeste e no Waziristão, onde os vestígios da Al-Qaida encontraram refúgio e se recompuseram, compromete o esforço de pacificação. Para todos os efeitos, o Paquistão e o Afeganistão passaram a ser um único palco do combate ao terrorismo⁴⁸. Ainda mais preocupante, o Paquistão, em posse de um arsenal nuclear, caminha no sentido de se transformar num Estado falhado. Se é verdade que as Forças Armadas paquistanesas constituem um último reduto contra a desagregação do país, é igualmente verdade que o envolvimento político dos militares expõe o virtual falhanço das instituições democráticas. Com efeito, as

Forças Armadas estabeleceram um Estado dentro do Estado, e nem sempre as exigências de uma eficaz guerra contra o terrorismo coincidem com os interesses paroquiais da instituição militar.

É certo que a Administração Bush não pode solucionar alguns dos problemas, essencialmente endógenos, que, nos últimos anos, contribuíram para esta degradação da situação no Paquistão⁶⁹. Porém, é igualmente verdade que as ambiguidades da Casa Branca em relação a Pervez Musharraf, e os compromissos assumidos pelos EUA a fim de mantê-lo na presidência, demonstraram

as incoerências entre a realidade da guerra contra o terrorismo e as ambições da Administração Bush quanto à democratização. Trata-se de uma incoerência que, em graus diferentes, se repete no Egito, na Jordânia e na Arábia Saudita.

A retaliação militar contra o Afeganistão provocou extraordinários realinhamentos geoestratégicos na Ásia Central e no sub-

continente indiano. Ameaçando Musharraf com o derrube do seu regime, a Administração Bush exigiu que o Paquistão assumisse, sem vacilações, o estatuto de aliado incondicional na guerra contra o terrorismo. Alinhar com os Estados Unidos significava abandonar os taleban, importantíssimos aliados que proporcionavam ao Paquistão profundidade estratégica face à Índia. Significava também desistir de apoiar os jihadistas que haviam transformado o Caxemira num atoleiro para as tropas indianas. Por outro lado, Washington deu passos no sentido de desenvolver uma relação privilegiada com Nova Deli, que se traduziu no acordo de cooperação nuclear bilateral. Ao mesmo tempo, os tiranos das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central aceitaram bases militares americanas «temporárias», a partir das quais se prosseguia a destruição dos taleban e da Al-Qaida. Para derrotar o terrorismo islamita, Washington acabou por reforçar alguns dos mais tenebrosos regimes hoje existentes.

Estas mudanças quanto à correlação de forças regional acarretariam consequências a outro nível: a China perdia influência numa região que considerava vital e Vladimir Putin concluía que os Estados Unidos estavam a montar um cerco à Rússia com o intuito de expulsar Moscovo do seu «estrangeiro próximo». Tradicionalmente aliada ao Paquistão para contrabalançar a Índia, a China viu as suas opções estratégicas reduzidas a partir do 11 de Setembro, aumentando assim a sua vulnerabilidade. Estas e outras alterações estratégicas produzidas pela investida contra os taleban alteraram profundamente a carta política desta parte do mundo, reforçando a influência americana numa região crescentemente importante para as potências emergentes.

Se a guerra contra o terrorismo trouxe ganhos geoestratégicos, os acontecimentos verificados no Paquistão – e noutros países como, por exemplo, na Arábia Saudita e no

AS AMBIGUIDADES DA CASA BRANCA EM RELAÇÃO A PERVEZ MUSHARRAF, E OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELOS EUA A FIM DE MANTÊ-LO NA PRESIDÊNCIA, DEMONSTRARAM AS INCOERÊNCIAS ENTRE A REALIDADE DA GUERRA CONTRA O TERRORISMO E AS AMBIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO BUSH QUANTO À DEMOCRATIZAÇÃO.

Egipto – colocaram a Casa Branca perante um dilema: como apoiar uma agenda de democratização em países com regimes autocráticos que eram estrategicamente vitais para os Estados Unidos? Dito de outra forma, como conciliar o imperativo estratégico de apoiar ditadores no curto prazo com o compromisso de promover a democratização a longo prazo? O dilema resultava de outro paradoxo: os processos de democratização em sociedades radicalizadas por regimes autocráticos apoiados pelos Estados Unidos aumentam o risco de que os governos sucessores sejam adversos a Washington. As vitórias dos *ayatollahs* no Irão e dos sandinistas na Nicarágua exemplificam os perigos inerentes a rupturas revolucionárias com regimes longamente apoiados por Washington. De acordo com esta analogia, prosseguir a democratização em países como o Egipto levanta o risco de aliados como Hosni Mubarrak serem substituídos por fundamentalistas profundamente hostis aos interesses americanos.

A Administração Bush nunca conseguiu resolver esta ambiguidade, que se manifestou de forma nítida no caso da Autoridade Palestiniana. Ignorando os avisos que aconselhavam o adiamento das eleições de Janeiro de 2006, a Casa Branca insistiu na realização do sufrágio que acabaria por se saldar pela derrota da Fatah às mãos do Hamas. Confrontada com o resultado, Washington optou pelo isolamento do novo Governo, e pressionou o Presidente Mahmoud Abbas no sentido de encontrar uma fórmula para afastar o Hamas do poder. A consequência desta estratégia – a tomada do poder pelo Hamas em Gaza através de confrontos armados que evidenciaram as profundas fragilidades da Fatah – criou uma situação cuja resolução não se vislumbra tão cedo. Mais importante, a forma como Washington reagiu perante a vitória do Hamas parecia indicar que os Estados Unidos encorajavam processos democráticos apenas se o seu desfecho fosse aceitável. No Egipto e na Arábia Saudita, depois de um momento marcado por uma liberalização incipiente, a Administração Bush cedeu perante os autocratas que, recorrendo à ameaça da tomada de poder por forças radicais, interromperam processos

de abertura. À medida que esses regimes voltam a intensificar a repressão, a oposição radicaliza-se e a violência passa a ser o único caminho para efectuar a mudança.

Alguns dos mais nefastos efeitos da ambiguidade entre interesses estratégicos e a agenda de democratização poderiam ter sido atenuados caso existisse uma diplomacia pública que produzisse efeitos palpáveis junto das sociedades civis onde o islamismo se enraizou.

ALGUNS DOS MAIS NEFASTOS EFEITOS DA AMBIGUIDADE ENTRE INTERESSES ESTRATÉGICOS E A AGENDA DE DEMOCRATIZAÇÃO PODERIAM TER SIDO ATENUADOS CASO EXISTISSE UMA DIPLOMACIA PÚBLICA QUE PRODUZISSE EFEITOS PALPÁVEIS JUNTO DAS SOCIEDADES CIVIS ONDE O ISLAMISMO SE ENRAIZOU.

Contudo, o desejável reforço da sociedade civil, condição indispensável para alicerçar a democratização, não se vislumbra. Por exemplo, parece mais do que evidente que o esvaziar do caldo cultural que gera o islamismo no Paquistão passa, antes de mais, pela reforma do sistema educativo e, especificamente, pelo encerramento das *madrassas*⁵⁰. Convém, no entanto,

reconhecer que as *madrastas* preenchem uma necessidade social que o Estado paquistanês é incapaz de assegurar. Dito de forma diferente, o encerramento das *madrastas* requer o estabelecimento prévio de um sistema educativo estadual que torne desnecessário o «ensino» ministrado pelas *madrastas*. Esta abdicação do Estado das suas mais elementares funções, que também se verifica na Palestina, onde o Hamas conquistou adeptos através da prestação de serviços sociais que a Fatah desprezou, constitui um impedimento à democratização. Neste âmbito, os esforços, directos e indirectos, da Casa Branca relevaram-se insuficientes.

Pretende-se com isto dizer que, mais do que formular uma estratégia a longo prazo para combater o terrorismo, é necessário tornar eficaz a estratégia delineada pela Administração Bush. No discurso proferido na sua segunda tomada de posse, em Janeiro de 2005, George Bush reafirmou que a liberdade era a resposta ao terrorismo⁵¹. Acrescentou que pretendia utilizar o poderio americano para transformar o Médio Oriente, para semear as raízes da democracia na região. Partilhando da convicção kantiana de que as democracias não se guerreiam entre si, Bush argumentou que estados democráticos permitiriam a criação de ilhas de paz regionais. Democracias a viver em paz com vizinhos democráticos não teriam preocupações de segurança maiores, pelo que não necessitariam de desenvolver armas de destruição maciça. E, não menos importante, a substituição de regimes tirânicos por democracias aumentava substancialmente a probabilidade de melhorar os níveis de bem-estar. Assente na ESN, esta visão não requer modificações substantivas. Requer, sim, uma operacionalização eficaz.

A EMERGÊNCIA DOS RIVAIS

Se o *endgame* no Iraque será o principal legado de Bush em política externa, uma análise mais distanciada suscita uma interrogação incontornável: o Presidente americano conseguiu responder ao surgimento de novas potências rivais? Independentemente da relevância que possamos atribuir à Guerra do Iraque, consideravelmente mais importante, numa perspectiva de ciclos históricos longos, será a forma como os Estados Unidos (e a União Europeia) respondem à ressurgência da China, da Índia e da Rússia. Dito de outra forma, as consequências do desfecho da intervenção no Iraque são relativamente menores quando comparadas com os efeitos resultantes do surgimento de novas potências que obrigam a recentrar a política internacional no Pacífico.

Se é verdade que a política acautela contra a inevitabilidade, é igualmente verdade que o surgimento da China e da Índia parece incontornável. Olhando para a Ásia a partir de uma conjuntura histórica de três séculos marcada pelo domínio da Europa e dos Estados Unidos, facilmente se esquece que a China e a Índia nem sempre foram entidades políticas «marginais» e «subdesenvolvidas». Muito antes da era colonial europeia, os vastíssimos impérios Tang e Mogul exerciam a sua hegemonia. Estas heranças imperiais – da China e da Índia mas também do Irão e da Rússia – são decisivas para se compreender a política externa e as ambições destas potências emergentes.

Dir-se-á, portanto, que o momento ocidental se aproxima do fim, e que o momento unipolar americano representa o último estágio desta longa era histórica. Um estudo da Goldman Sachs, coincidente com as conclusões de análises semelhantes, refere que, em 2050, as quatro maiores economias mundiais serão a chinesa, a indiana, a americana e a japonesa. A novidade reside no facto de que, pela primeira vez, nenhum país europeu se encontrará entre as economias liderantes⁵². É certo que o poderio económico não se traduz automaticamente no tipo de poderio que caracteriza uma grande potência. Mas é igualmente verdade que a China e a Índia, até por razões que se prendem com a sua rivalidade regional, procuram converter o seu poderio económico em capacidades político-militares⁵³. Em posse de arsenais nucleares e vastíssimas forças convencionais, Nova Deli e Pequim constroem marinhas modernas para projectar poder, e assim agudizam a sua rivalidade regional⁵⁴.

Esta realidade alterou os cálculos e os equilíbrios preservados durante meio século, e obriga os Estados Unidos a redefinirem o seu papel na Ásia. Se, nos últimos anos, se traçou uma crescente aproximação à Índia, a abordagem de Washington relativamente à China continua a revelar alguma ambiguidade. Por um lado, segue-se uma política de acomodação pacífica de Pequim, de inclusão do país na ordem internacional. Por outro, suspeita-se que o surgimento da China implica uma rivalidade estratégica e, portanto, tomam-se medidas para conter o poderio militar do país⁵⁵. A ambiguidade manifesta-se inequivocamente na relação que Washington mantém com Taiwan, e as «garantias não declaradas» de segurança dadas a Taipé.

O surgimento da China causa uma ansiedade crescente na região, que se exprime em estratégias de *balancing* ou de *bandwagoning*⁵⁶. Se é verdade que países como a Coreia do Norte optam pelo *bandwagoning*, estratégias de equilíbrio ganham consistência em países como o Japão. Independentemente da configuração final do sistema de alianças a emergir nesta parte do mundo, pode-se, desde já, antecipar um papel fundamental para os Estados Unidos como líder de uma aliança, onde o Japão se insere, vocacionada para equilibrar a China⁵⁷. A capacidade nuclear americana proporciona garantias de segurança aos países da região que temem a crescente afirmação de Pequim, e a agressividade de regimes como a Coreia do Norte. E à medida que se forja uma aliança sino-russa, cada vez mais institucionalizada através da Organização de Cooperação de Xangai, os Estados Unidos emergem como aliados indispensáveis de estados determinados a escapar à teia de poder tecido pela China.

Salienta-se, pois, que a Rússia passou a ser um elemento importante na configuração estratégica da Ásia. Mas é na Ásia Central e na Europa que a nova assertividade de Moscovo provoca inquietação em Washington. Formalmente, a resposta diplomática da Administração Bush ao ressurgimento da Rússia enfatiza a preservação de uma relação bilateral cooperativa com Moscovo. Deliberadamente se evita a retórica do confronto e, em alguns casos, fazem-se tentativas para acomodar as preocupações de Moscovo. Por exemplo, confrontados com a oposição de Putin à construção de um

escudo antimíssil na Europa Central, a Casa Branca mostrou-se disponível para partilhar a tecnologia com a Rússia, uma abertura que visava tranquilizar as preocupações de segurança expressas pelos dirigentes do Kremlin.

Não obstante a aparente normalidade do relacionamento russo-americano, a verdade é que os Estados Unidos já estão a agir de modo a conter a expansão da Rússia⁵⁸. Com efeito, a contenção da influência russa remonta aos anos Clinton. A celeridade dos alargamentos a Leste da NATO dirigidos pelos Estados Unidos, conjugados com «parcerias para a paz» e outros instrumentos que permitem a aproximação da Aliança Atlântica a países até há pouco considerados rivais estratégicos, apontavam para a retirada permanente dos ex-satélites comunistas da esfera de influência de Moscovo. Complementada pelos sucessivos alargamentos da União Europeia, a estratégia de fazer regressar os antigos países comunistas «à Europa» provocou um efeito *boomerang* em Moscovo que ainda hoje se repete. Porque interpretou a nova carta geopolítica da Europa Central como o estabelecimento de um «cerco» à Rússia para aumentar as suas vulnerabilidades e impedir o exercício da sua influência regional, Vladimir Putin traçou uma estratégia de afirmação nacional assente na geopolítica e no equilíbrio de poder, assim abandonando a doutrina de integração no mundo ocidental delineado por Andrey Kozyrev⁵⁹.

Visto de Moscovo, este «cerco», que se estende da Europa Central ao Cáucaso e às ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, colide frontalmente com os seus interesses nacionais. Putin aceita a premissa de que o país necessita de construir uma cintura de segurança composta pelas ex-repúblicas soviéticas, uma zona tampão que garanta profundidade estratégica à Federação Russa. Em consequência, os interesses russos serão afectados de forma adversa se estes países caírem na órbita de outras potências. Teria sido esta necessidade de evitar a expansão da influência dos Estados Unidos e dos seus aliados que levou o Kremlin a opor-se às revoluções coloridas na Ucrânia e na Geórgia. A mesma razão dita a intervenção sistemática de Moscovo nos assuntos internos destas e outras ex-repúblicas, ao ponto de ameaçar a soberania e a integridade territorial destes estados.

É certo que, perante as investidas de Moscovo, a Administração Bush responde através do reforço dos seus laços com o «estrangeiro próximo». Por exemplo, a presença militar americana na Ásia Central não deixa de ser um factor importante. Quanto à Ucrânia e à Geórgia, os dois países onde o grande jogo de influência se faz sentir de forma mais evidente, e potencialmente mais conflituosa, Washington propõe a expansão da Aliança Atlântica. Apesar da retórica da cooperação, é cada vez mais evidente que os Estados Unidos assumem que a Rússia será um rival europeu e asiático e, portanto, começaram a agir de acordo com esta premissa. Todavia, vastos recursos energéticos, e o poder que o petróleo e o gás natural proporcionam a Moscovo, sobretudo na União Europeia,

NÃO OBSTANTE A APARENTE NORMALIDADE
DO RELACIONAMENTO RUSSO-AMERICANO,
A VERDADE É QUE OS ESTADOS UNIDOS
JÁ ESTÃO A AGIR DE MODO A CONTER
A EXPANSÃO DA RÚSSIA.

limitam as vulnerabilidades do Kremlin. Dito de outra forma, mesmo que a relação russo-americana não sofra uma degradação de modo a iniciar uma «nova Guerra Fria», também é evidente que a cooperação que marcou os primeiros anos da transição pós-comunista desapareceu para sempre.

CONCLUSÕES

Expressando uma ideia que já havia sido avançada por John Lewis Gaddis, Edward Luttwak recentemente sugeriu que George Bush fosse entendido como «o Harry Truman dos nossos tempos»⁶⁰. Segundo Luttwak, ambos terminaram as suas presidências em desgraça depois de terem dado resposta a mudanças monumentais na política internacional. Mas, à medida em que se verifica maior distanciamento em relação à Guerra do Iraque – como, no caso de Truman, se dissiparam as memórias da Guerra da Coreia –, maior será a aceitação da política externa definida pelo 43.º Presidente dos Estados Unidos. Por outras palavras, a poeira levantada pela Guerra do Iraque inibe uma avaliação mais imparcial da actuação externa de Bush. A conclusão de Luttwak – que assiste a Bush razão na política externa que delineou – pode ser prematura, mas, certamente, não será menos prematura do que as conclusões que sustentam que a presidência de Bush foi um desastre estratégico.

Este artigo considerou a doutrina Bush, expressa através da ESN, de Setembro de 2001, e as suas limitações. Argumentou-se que a estratégia de preempção nunca foi conceptualizada como um mecanismo «normal» de política externa. Pelo contrário: o Iraque seria uma excepção, não o padrão. Partindo desta observação, torna-se possível regressar ao texto da ESN e verificar que o documento apresenta uma grande estratégia para enfrentar as novas ameaças resultantes do 11 de Setembro e da guerra contra o terrorismo. É certo que houve vários erros, alguns dos quais, como a política iraniana da Casa Branca, trouxeram consequências que serão sentidas durante anos ou décadas. Mas é igualmente verdade que se podem apontar sucessos, particularmente no que diz respeito à degradação da Al-Qaida. Quanto ao surgimento de novas potências, a tentativa de alongar no tempo o momento unipolar representava uma tentativa de reconstruir a arquitectura internacional em conformidade com o equilíbrio de poderes do pós-Guerra Fria. Nesse âmbito, os erros da Administração foram consideráveis.

Não se fez, nas páginas anteriores, uma justificação, uma apologia da política externa de George Bush. Mas também não se fez uma condenação global dessa política externa. A realidade que, paulatinamente, vai emergindo dos escombros do mundo pós-11 de Setembro não se coaduna com simplificações⁶¹. Bush cometeu erros, mas definiu linhas mestras de uma grande estratégia que, *mutatis mutandi*, será prosseguida pelo seu sucessor. As ameaças internacionais, as oportunidades e os limites do poderio americano e as novas potências emergentes criam um quadro estratégico radicalmente distinto daquele que existiu durante a Guerra Fria. George Bush teve o mérito de definir uma resposta enquanto muitos apenas se limitaram a defender um *status quo* ultrapassado pelos acontecimentos. **RI**

- 1** Cf., DRAPER, Robert – *Dead Certain: The Presidency of George W. Bush*. Nova York: The Free Press, 2007. Uma avaliação consideravelmente mais crítica do legado de Bush pode ser encontrada em WEISBERG, Jacob – *The Bush Tragedy*. Nova York: Random House, 2008.
- 2** Para uma excelente interpretação da política externa de George Bush, cf., LIEBER, Robert J. – *The American Era: Power and Strategy for the 21st Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Uma visão mais crítica pode ser encontrada em DAALDER, Ivo H., e LINDSAY, James M. – *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. Washington: Brookings Institution Press, 2003.
- 3** DRAPER, Robert – *Dead Certain: The Presidency of George W. Bush*, p. ix.
- 4** Análises da política externa de George Bush tendem a sublinhar os acontecimentos relativos ao Médio Oriente. Contudo, a agenda de democratização que pautou a actuação da Administração no Médio Oriente também foi seguida em África e na Ásia. Se os insucessos relativos do Médio Oriente atraem a atenção da *media*, os sucessos em África e na Ásia nem sempre são analisados. Dois *rock stars* insuspeitos de simpatias republicanas – Bob Geldof e Bono – constituem raríssimas excepções à regra. Recentemente, Bono afirmou que «President Bush has every reason to be proud of what he and so many others have accomplished in Africa». As declarações de Bono são reproduzidas em BAKER, Peter – «Bush heads to Africa, scene of successes on health policy». In *The Washington Post*, 16 de Fevereiro de 2008, e podem ser consultadas em http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/02/15/AR2008021503304_pf.html. A apreciação de Bob Geldof, publicada na revista *Time*, está disponível em <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1717934,00.html>.
- 5** Presidentes polémicos, ideologicamente polarizadores, são frequentemente alvos de duríssimos ataques por parte dos seus opositores, tanto políticos como académicos. Harry Truman e, mais recentemente, Ronald Reagan exemplificam este fenómeno. Porém, com a passagem do tempo, perspectivas mais distanciadas permitem novas leituras da actuação dos chefes de Estado. Por exemplo, Sean Wilentz, historiador da Universidade de Princeton e insuspeito de ser próximo do movimento conservador americano, acaba de publicar um interessantíssimo livro reconhecendo a profunda influência política de Reagan. Cf., WILENTZ, Sean – *The Age of Reagan: A History, 1974-1980*. Nova York: Harper Collins, 2008.
- 6** Esta linha de argumentação pode também ser encontrada em LYNCH, Timothy J., e SINGH, Robert S. – *After Bush: The Case for Continuity in American Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Uma perspectiva oposta é apresentada em LIND, Michael – «The world after Bush». In *Prospect*. N.º 128, Novembro de 2006. [Disponível em: <http://www.prospect-magazine.co.uk/pdfarticle.php?id=7888>].
- 7** Sobre a conceptualização da *containment*, cf., KENNAN, George (X) – «The sources of Soviet conduct». In *Foreign Affairs*. Vol. 26, N.º 2, Julho de 1947, pp. 566-582 [Disponível em: <http://www.txwesleyan.edu/ohan/readings/sourcesofsovietconduct.html>].
- 8** A melhor análise continua a ser GADDIS, John Lewis – *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy*. Nova York: Oxford University Press, 1982.
- 9** A este propósito, cf. KISSINGER, Henry – *A World Restored: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace, 1812-22*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1957, e IKENBERRY, G. John – *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- 10** Sobre o conceito de «guerra hegemónica», cf., GILPIN, Robert – *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, e GILPIN, Robert – «The theory of hegemonic war». In *Journal of Interdisciplinary History*. Vol. 18, N.º 4, Primavera de 1988, pp. 591-613.
- 11** CHOLLET, Derek – *America Between the Wars. From 11/9 to 9/11*. Nova York: PublicAffairs Books, 2008.
- 12** BUSH, George – *The National Security Strategy of the United States of America*. White House, Setembro de 2002 [Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>]. As duas melhores análises da ESN podem ser encontradas em KAUFMAN, Robert G. – *In Defense of the Bush Doctrine*. Lexington: University Press of Kentucky, 2007, e GADDIS, John Lewis – *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 2005. Também, RATO, Vasco – «Striking first: The use of force in Post-Cold War American foreign policy». In *IPRI Working Paper 14*, 2005 [Disponível em: http://www.ipri.pt/publicacoes/workingpaper/pdf/WP_14_VR.pdf].
- 13** KRAUTHAMMER, Charles – «The unipolar moment». In *Foreign Affairs*. Vol. 70, N.º 1, Inverno de 1990-1991, e KRAUTHAMMER, Charles – «The unipolar moment revisited». In *The National Interest*. Vol. 70, Inverno de 2002, pp. 5-17; LAYNE, Christopher – «The unipolar illusion: Why new great powers will rise». In *International Security*. Vol. 17, N.º 4, Primavera de 1993, pp. 5-51, e LAYNE, Christopher – *The Peace of Illusions: American Grand Strategy From 1940 to the Present*. Ithaca: Cornell University Press, 2006. Uma interessantíssima discussão pode ser encontrada em MASTANDUNO, Michael – «Preserving the unipolar moment: Realist theories and US grand strategy after the Cold War». In *International Security*. Vol. 21, N.º 4, Primavera de 1997, pp. 49-88.
- 14** Cf., BACEVICH, Andrew J. – *American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy*. Cambridge: Harvard University Press, 2002. A fórmula de Madeleine Albright era: «multilateral when we can, unilateral when we must.» Cf., GASPARD, Carlos – «Debates ocidentais», Julho de 2004, disponível em http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=70#_ftn1. Independentemente das diferenças que separam Clinton e Bush, ambos tentaram delinear estratégias para prolongar o momento unipolar e, assim, ganhar o tempo suficiente para desenvolver normas e instituições internacionais coincidentes com as realidades do pós-Guerra Fria. Por exemplo, a NATO seria profundamente transformada – pode mesmo dizer-se que foi refundada – pelos alargamentos patrocinados pela Administração Clinton. A única instituição relevante da Guerra Fria que escapou à refundação efectiva foi a ONU, o que parcialmente explica as ambiguidades de ambas as administrações relativamente a este fórum. É certo que, até Setembro de 1993, a Administração Clinton enfatizava um *assertive multilateralism*, mas essa abordagem, na sequência dos acontecimentos na Somália, vai ser substituído pelo *new realism* clintoniano. Cf., DAALDER, Ivo H. – «Knowing when to say no: The development of US policy for peacekeeping». In DURCH, William J. (ed.) – *UN Peacekeeping, American Policy and the Uncivil Wars of the 1990's*. Nova York: St. Martin's Press, 1996, pp. 35-67.
- 15** RICE, Condoleezza – «Campaign 2000: Promoting the national interest». In *Foreign Affairs*. Vol. 79, N.º 1, Janeiro-Fevereiro de 2000.
- 16** Sobre os ataques de 11 de Setembro e o seu significado, cf. WRIGHT, Lawrence – *The Looming Tower: Al Qaeda and the Road to 9/11*. Nova York: Vintage Books, 2007. Cf., também, o relatório da 9/11 Commission, disponível em: <http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>.
- 17** Este argumento é desenvolvido em ALMEIDA, João Marques de, e RATO, Vasco – *A Encruzilhada: Portugal, a Europa e os Estados Unidos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2004.
- 18** O texto completo da *Iraq Liberation Act* pode ser consultado em <http://fl1.findlaw.com/news.findlaw.com/hdocs/docs/iraq/libact103198.pdf>. Sobre as ideias e as cumplidades que uniam os membros do «gabinete de guerra» de Bush, cf., MANN, James – *Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet*. Nova York: Viking, 2004.
- 19** Cf., por exemplo, «Open letter to President Clinton on Iraq, January 6, 1998», Project for the New American Century. Assinada por Donald Rumsfeld, Richard Perle, Elliot Abrams, Richard Armitage, John Bolton, William Kristol e outros, a carta pode ser consultada em: <http://www.iraqwatch.org/perspectives/rumsfeld-openletter.htm>.
- 20** Sobre a política dos EUA relativamente ao Médio Oriente, cf., OREN, Michael B. – *Power, Faith, and Fantasy: America in the Middle East, 1776 to the Present*. Nova York: W. W. Norton & Co., 2007.

- 21 A título exemplificativo, cf., LEWIS, Bernard – *What Went Wrong? Western Impact and Middle Eastern Response*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- 22 BUSH, George – *The National Security Strategy of the United States of America*, p. 3.
- 23 Isto une os três países do «Eixo do Mal», referidos pelo Presidente Bush no seu primeiro discurso sobre o Estado da Nação depois do 11 de Setembro, 29 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>
- 24 BUSH, George – *The National Security Strategy of the United States of America*, p. 15.
- 25 *Ibidem*.
- 26 BOUTROS-GHALI, Boutros – *An Agenda for Democratization*. Nova York: United Nations, Dept. of Public Information, 1996, e BOUTROS-GHALI, Boutros – *An Agenda for Peace*. Nova York: United Nations, 1995.
- 27 A «doutrina Blair» de intervenção humanitária foi anunciada durante um discurso, proferido em Chicago, a 24 de Abril de 1999. O texto poder ser encontrado em <http://www.number10.gov.uk/output/Page1297.asp>. A melhor análise da guerra do Kosovo é a de DAALDER, Ivo H. – *Winning Ugly: NATO's War to Save Kosovo*. Washington: Brookings Institution Press, 2000.
- 28 Sobre a justificação e os propósitos da Liga das Democracias, cf., DAALDER, Ivo H. e LINDSAY, James M. – «Democracies of the world, unite». In *The American Interest*. Vol. 2, N.º 3, Janeiro-Febrero de 2007. O candidato presidencial republicano, John McCain, afirma que o estabelecimento da Liga constituirá uma das prioridades da sua Administração.
- 29 Esta intenção seria expressa, de forma sucinta, por Donald Rumsfeld quando declarou que a «missão determinará a coligação». Cf., WOODWARD, Bob – *Bush at War*. Nova York: Simon and Schuster, 2002, p. 49.
- 30 BUSH, George – *National Security Strategy of the United States of America*, pp. vi, 19, 22, 31.
- 31 GILPIN, Robert – *War and Change in World Politics*, pp. 1-49 e 156-244.
- 32 BRINKLEY, Douglas – «Move over, Hoover». In *Washington Post*, 3 de Dezembro de 2006, p. B01, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/01/AR2006120101511.html>. Em Portugal, Mário Soares chega à mesma conclusão ao classificar o Iraque como «um desastre histórico irreparável». Mesmo que esta avaliação esteja correcta, a conclusão seguinte do ex-Presidente da República – de que «tudo se modificará» com uma eventual presença de Barack Obama – ignora os elementos estruturais da política externa dos EUA, e, não menos relevante, as declarações de Obama sobre várias questões, incluindo o uso da força unilateral no Paquistão. Cf., SOARES, Mário – «Obama, Obama!». In *Diário de Notícias*, 10 de Junho de 2008. Disponível em: http://dn.sapo.pt/2008/06/10/opiniao/obama_obama.html.
- 33 Um dos livros mais críticos em relação à política de Bush é SCHEUER, Michael – *Marching toward Hell: America and Islam after Iraq*. Nova York: Free Press, 2008.
- 34 Sobre a campanha militar, cf., GORDON, Michael R., e TRAINOR, Bernard E. – *Cobra II: The Inside Story of the Invasion and Occupation of Iraq*. Nova York: Vintage, 2007, e KEEGAN, John – *The Iraq War: The Offensive, from Victory in 21 Days to the Insurgent Aftermath*. Nova York: Vintage, 2005.
- 35 A demonstração de poder contra os taleban seria tão irrefutável que até adeptos da escola do «declínio americano» se renderam à evidência. Por exemplo, o historiador da Universidade de Yale, Paul Kennedy, que, no seu livro de 1987, *The Rise and Fall of Great Powers*, tinha previsto o colapso dos EUA em resultado de «imperial overstretch», escrevia, no *Financial Times*, que «Nothing has ever existed like this disparity of power; nothing». KENNEDY, Paul – «The eagle has landed». In *Financial Times*, 1 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://neomodernism.org/enlaces/TheeaglehaslandedP.htm>.
- 36 Um dos primeiros analistas a antecipar a centralidade das novas guerras foi Max Boot, que se debruçou sobre as campanhas conduzidas pelos EUA no passado, incluindo a importantíssima campanha nas Filipinas. BOOT, Max – *The Savage Wars of Peace: Small Wars and the Rise of American Power*. Nova York: Basic Books, 2003.
- 37 Sobre a questão da nuclearização da Coreia do Norte e do Irão, e as consequências estratégicas para os EUA, cf., RATO, Vasco, e LIMA, Bernardo Pires de – «A encruzilhada iraniana: Armas nucleares e consequências geoestratégicas». In *Nação e Defesa*. N.º 117, Verão de 2007, pp. 179-196, e RATO, Vasco, e LIMA, Bernardo Pires de – «A nuclearização da Coreia do Norte: Da sustentabilidade do regime à ameaça da proliferação». In *Nação e Defesa*. N.º 119, Primavera de 2008, pp. 179-198.
- 38 Sobre a ocupação e as suas dificuldades, cf., *inter alia*, RICKS, Thomas E. – *Fiasco: The American Military Adventure in Iraq, 2003 to 2005*. Nova York: Penguin, 2007, e PACKER, George – *The Assassins' Gate: America in Iraq*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2005. Talvez o mais equilibrado trabalho sobre o tema seja o de ALLAWI, Ali A. – *The Occupation of Iraq. Winning the War, Losing the Peace*. New Haven: Yale University Press, 2007.
- 39 Esta linha de argumentação é seguida em dois trabalhos extremamente críticos de Donald Rumsfeld: COCKBURN, Andrew – *Rumsfeld: His Rise, Fall, and Catastrophic Legacy*. Nova York: Scribner, 2007, e HERSPRING, Dale R. – *Rumsfeld's Wars: The Arrogance of Power*. Lawrence: University Press of Kansas, 2008.
- 40 As duas decisões foram tomadas durante o consulado de Paul Bremer, que justifica as suas ações em BREMER, L. Paul – *My Year in Iraq: The Struggle to Build a Future of Hope*. Nova York: Threshold Editions, 2006. Perspectivas críticas de Bremer e da reconstrução podem ser encontradas em CHANDRASEKARAN, Rajiv – *Imperial Life in The Emerald City: Inside Iraq's Green Zone*. Nova York: Vintage, 2007, e PHILLIPS, David L. – *Losing Iraq: Inside the Postwar Reconstruction Fiasco*. Boulder: Westview, 2005.
- 41 Duas perspectivas que mantêm que a guerra e a ocupação estavam, desde o início, condenadas ao fracasso são: STEELE, Jonathan – *Defeat: Why America and Britain Lost Iraq*. Berkeley: Counterpoint, 2008, e KAPLAN, Fred – *Daydream Believers: How a Few Grand Ideas Wrecked American Power*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.
- 42 Sobre os xiitas – o seu crescente papel na política do Iraque e do Médio Oriente e da possibilidade de serem factores de democratização – cf., AJAMI, Fouad – *The Foreigner's Gift: The Americans, the Arabs, and the Iraqis in Iraq*. Nova York: The Free Press, 2006, e NASR, Vali – *The Shia Revival: How Conflicts Within Islam Will Shape the Future*. Nova York: W. W. Norton, 2006. Sobre Muqtada al-Sadr e o seu Exército Madhi, cf., COCKBURN, Patrick – *Muqtada: Muqtada al-Sadr, the Shia Revival, and the Struggle for Iraq*. Nova York: Scribner, 2008.
- 43 Uma perspectiva pessimista relativamente ao processo de democratização no Iraque pode ser encontrada em DIAMOND, Larry – *Squandered Victory: The American Occupation and the Bungled Effort to Bring Democracy to Iraq*. Nova York: Times Books, 2005. Note-se que Diamond, reconhecido scholar na área dos estudos sobre a democratização, foi conselheiro da Autoridade Provisória, em Bagdade. O livro constitui a melhor e mais informada crítica às dimensões política e administrativa da ocupação.
- 44 Sobre este assunto, cf. CHOREV, Matan – «Wherein the divide? Terrorism and the future of atlanticism». In *Perceptions*. Vol. XI, Primavera de 2006, pp. 33-48.
- 45 Um fascinante trabalho sobre a política dos EUA no Afeganistão na sequência da invasão soviética do país – e a relação entre a CIA, Osama bin Laden e os mujahedin –, é COLL, Steve – *Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and Bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001*. Nova York: Penguin Books, 2004. Sobre a luta dos mujahedin contra as forças soviéticas, KAPLAN, Robert D. – *Soldiers of God: With the Mujahidin in Afghanistan*. Boston: Houghton Mifflin, 1990. O melhor livro sobre os taleban é: RASHID Ahmed – *Taliban: Militant Islam, Oil, and Fundamentalism in Central Asia*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- 46 Cf. SHERWELL, Philip – «Condoleezza Rice wins battle for George W Bush's era over Iran talks». In *The Daily Telegraph*, 21 de Julho de 2008. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iran/2435904/Condoleezza-Rice-wins-battle-for-George-W-Bushs-ear-over-Iran-talks.html>.
- 47 Sobre esta questão, cf. JONES, Seth G. – «The rise of Afghanistan's insurgency: State failure and Jihad». In *International*

Security. Vol. 32, N.º 4, Primavera de 2008, pp. 7-40, e JOHNSON, Thomas H. - «On the edge of the Big Muddy: The Taliban resurgence in Afghanistan». In *China and EurasiaForum Quarterly*. Vol. 5, N.º 2, Maio de 2007, pp. 114-115. Uma das primeiras análises a antecipar dificuldades no Afeganistão foi SCHEUER, Michael - *Imperial Hubris: Why the West is Losing the War on Terror*. Washington: Brassey's, 2004.

48 Cf. JOHNSON, Thomas H., e MASON, M. Chris - «No sign until the burst of fire: Understanding the Pakistan-Afghanistan frontier». In *International Security*. Vol. 32, N.º 4, Primavera de 2008, pp. 41-77.

49 Sobre o islamismo no Paquistão, e o papel das Forças Armadas, cf., *inter alia*, HUSSAIN, Zahid - *Frontline Pakistan: The Struggle With Militant Islam*. Nova York: Columbia University Press, 2007; HAQQANI, Husain - *Pakistan: Between Mosque and Military*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2005; e MUSHARRAF, Pervez - *In the Line of Fire: A Memoir*. Nova York: Free Press, 2006.

50 Cf., por exemplo, INTERNATIONAL CRISIS GROUP - *Pakistan: Madrasas, Extremism and the Military*. 29 de Julho 2002. Disponível em: http://www.crisisgroup.org/library/documents/asia/south_asia/036___pakistan_madrasas_extremism_and_the_military_amended.pdf.

51 CASA BRANCA - «President Sworn-In to second term». 20 de Janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050120-1.html>

52 «Dreaming with BRICs: The path to 2050». Global Economics Paper No. 99, Outubro de 2003. Disponível em: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>. Conclusões semelhantes são apontadas pelo National Intelligence Council. «The likely emergence of

China and India, as well as others, as new major global players - similar to the advent of a unified Germany in the 19th century and a powerful United States in the early 20th century will transform the geopolitical landscape, with impacts potentially as dramatic as those in the previous two centuries. In the same way that commentators refer to the 1900s as the "American century," the 21st century may be seen as the time when Asia, led by China and India, comes into its own.» NIC, *Mapping the Global Future. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project*. Dezembro de 2004, p. 47. <http://www.foia.cia.gov/2020/2020.pdf>.

53 CHRISTENSEN, Thomas J. - «Fostering stability or creating a monster? The rise of China and U.S. policy toward East Asia». In *International Security*. Vol. 31, N.º 1, Verão de 2006, pp. 81-126, e MITCHELL, Derek, e BAJPAEE, Chietigj - «China and South Asia». In *CSIS China Balance Sheet*, Abril de 2006. Disponível em: http://www.chinabalance-sheet.org/Documents/Paper_South_Asia.PDF

54 *China's National Defense in 2006* [Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, Dezembro de 2006, <http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>. Também, DORMANDY, Xenia - «Is India, or will it be, a responsible stakeholder?». In *The Washington Quarterly*. Vol. 30, N.º 3, Verão de 2007, pp. 117-130.

55 Cf., por exemplo, o mais recente relatório anual publicado pelo Pentágono. OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE - «Military Power of the People's Republic of China, 2008». Disponível em: http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/China_Military_Report_08.pdf.

56 Sobre este tema, cf., entre outros, CHRISTIANSEN, Thomas J., e SNYDER, Jack - «Chain gangs and passed bucks: Predict-

ing alliance patterns in multipolarity». In *International Organization*. Vol. 44, N.º 2, 1990, pp. 137-168; KAUFMAN, Robert G. - «To balance or bandwagon? Alignment decisions in 1930s Europe». In *Security Studies*. Vol. 1, N.º 3, 1992, pp. 417-447; SCHWELLER, Randall L. - «Bandwagoning for profit: Bringing the revisionist state back in». In *International Security*. Vol. 19, N.º 1, 1994, pp. 72-107; WALT, Stephen M. - «Alliance formation and the balance of world power». In *International Security*. Vol. 9, N.º 4, 1985, pp. 3-43; e WALT, Stephen M. - «Testing theories of alliance formation: The case of Southwest Asia». In *International Organization*. Vol. 42, N.º 2, 1988, pp. 275-316.

57 Cf. GOH, Evelyn - «Great powers and hierarchical order in Southeast Asia: Analyzing regional security strategies». In *International Security*. Vol. 32, N.º 3, Inverno de 2007-20008, pp. 113-157.

58 Sobre a política externa russa na «era Putin», cf. Edward LUCAS - *The New Cold War: The Future of Russia and the Threat to the West*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008, e TRENIN, Dmitri V. - *Getting Russia Right*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2007.

59 Cf. KOZYREV, Andrey - «Russia: A chance for survival». In *Foreign Affairs*. Vol. 71, N.º 2, Primavera de 1992, pp. 1-16.

60 LUTTWAK, Edward - «A Truman for our times». In *Prospect*. N.º 149, Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.prospect-magazine.co.uk/pdfarticle.php?id=10309>.

61 Duas reflexões recentes, e radicalmente diferentes nas suas conclusões, sobre os desafios colocados aos Estados Unidos são: KAGAN, Robert - *The Return of History and the End of Dreams*. Nova York: Knopf, 2008; e ZAKARIA, Fareed - *The Post-American World*. Nova York: W. W. Norton & Co., 2008.